

15. REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO:

Da **DSJC** submetendo para aprovação o início do procedimento de regulamentação "Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga".

At. Santos Ameyl.

19.05.20



Processo nº: 2019/100.10.400/9

Assunto: Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga

Informação de 10/05/2019

Gestora do Procedimento: Elisa Cunha Coelho

ANÁLISE

Pelo Presidente do Conselho de Administração da AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., foi proposta a criação de um «Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga» (Documento nº 1), com a seguinte justificação:

«Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, a exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e da gestão de resíduos urbanos pertence à esfera jurídica do Município de Braga.

Em Braga, essa competência foi delegada na AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., que nos termos dos seus estatutos, tem como objeto principal o exercício da atividade de captação, tratamento e abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e limpeza pública.

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que aprova o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, obriga a que as regras da prestação do serviço aos utilizadores constem de um regulamento de serviço, cuja aprovação compete à respetiva entidade titular, o Município de Braga.

O regulamento do serviço de gestão de resíduos urbanos, por ser um instrumento jurídico com eficácia externa, constitui a sede própria para regulamentar os direitos e as obrigações da entidade titular, da entidade gestora e dos utilizadores no seu relacionamento. Os contratos de fornecimento e de recolha celebrados com os utilizadores correspondem a contratos de adesão, cujas cláusulas contratuais gerais decorrem, no essencial, do definido no regulamento do serviço.

Estando em causa serviços públicos essenciais, é especialmente importante garantir que a apresentação de tais regras seja feita de forma clara, adequada, detalhada e de modo a permitir o efetivo conhecimento, por parte dos utilizadores, do conteúdo e da forma de exercício dos respetivos direitos e deveres.

Em cumprimento da exigência do Artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro, veio estipular o conteúdo mínimo dos regulamentos de serviço, identificando um conjunto de matérias que neles devem ser reguladas e do disposto no Artigo 17.º do Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho, que aprova o Regulamento dos Procedimentos Regulatórios.

Face à entrada em vigor do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril, conforme deliberação da ERSAR n.º 928/2014, alterado pelo Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro, bem como do Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro, que aprova o Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, e do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, relativo à faturação detalhada, julga-se pertinente proceder à revisão e adaptação do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Concelho de Braga, em vigor.

Acresce que, entre outras, a transformação operada pela recente implementação de um novo sistema de recolha de resíduos, fundamentalmente caracterizada pela contentorização em detrimento do velho sistema de recolha porta a porta, tornam irremediavelmente desajustados os normativos que presentemente regulam esta matéria em concreto.

Nesta conformidade, vem esta entidade gestora solicitar a V. Ex.ª. se digne submeter à aprovação pela Assembleia Municipal o REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA, nos termos legais.»

O artigo 135.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pela Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, define o conceito de regulamento administrativo como: *“Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se regulamentos administrativos as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos.”* Trata-se da definição de um ato jurídico-público que integra um pressuposto e três atributos do mesmo ato.

O pressuposto é o de que o conceito de regulamento opera apenas “para os efeitos do presente código”. Trata-se, assim, de uma caracterização “funcional” de regulamento que submete ao regime do CPA apenas as normas que reúnam os atributos constantes desse conceito.

Quanto à projeção dos seus efeitos (eficácia) ou seja, quanto ao âmbito dos seus destinatários ou obrigados, os regulamentos podem classificar-se em regulamentos internos e regulamentos externos, sendo que estes – externos - visam produzir efeitos na esfera jurídica de terceiros (quer particulares quer outras entidades públicas), possuindo eficácia externa ou seja, são regulamentos aplicáveis a quaisquer relações intersubjetivas (também às relações inter-administrativas).

Nesse sentido, e porque estamos perante um regulamento externo, terá que se ter em conta os procedimentos obrigatórios a seguir, em cumprimento do estabelecido nos artigos 97.º a 101.º do CPA, vertidos no procedimento de trabalho que a seguir se identifica:

Habilitação legal

Na qualidade de atos promanados da função administrativa (uma atividade jurídica secundária do Estado-Ordenamento), os regulamentos estão sujeitos não só à Constituição como também à lei, a qual vincula os órgãos que procedem à sua edição (n.º 2 do artigo 266.º da CRP). Trata-se da enunciação do princípio da legalidade administrativa que sujeita à lei ordinária todas as decisões dos órgãos da Administração, nelas se encontrando compreendidos os regulamentos.

O Município de Braga dispõe de poder regulamentar próprio.

É quanto resulta do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), ao dizer que as autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar.

Atendendo ao que se pretende prever no “regulamento”, s.m.o., considero que devem ser seguidas as regras estabelecidas no CPA para os procedimentos regulamentares, previstas nos artigos 96.º e seguintes do citado diploma.

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna/Externa (PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018)

Verificação do cumprimento e passos a seguir:

«1. A UO elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (INCLUI: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Esta nova regulamentação tem por base o processo que se iniciou com a proposta do Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Administração da AGERE, Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Dr. Rui Morais.

O processo foi então remetido a esta Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC).

«5. A DSJC cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental.»

Criado o processo nº 2019/100.10.400/9.

«6. A DSJC elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental).»

Em anexo (Documento nº 2).

E,

«7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

A proposta que foi remetida a esta DSJC está devidamente fundamentada no documento que se anexou, com o nº 1, e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP.

A análise do texto do regulamento proposto, será objeto de análise por esta DSJC, após aprovação do início do procedimento.

PROPOSTA

O processo está em condições de ter seguimento para o Exmo. Sr. Presidente da Câmara.

Depois de aprovada a presente informação, deverá o processo ser remetido ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA) para os procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal (inclusão na Ordem de Trabalhos), para:

- Aprovação do início do presente procedimento de regulamentação - «Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga», que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior,

O Assistente Técnico,

Luís Azevedo

Valido a presente informaco.

f Quisderax Superior,

A jurist, - Sirs. C. de C. Collyer.

Conrado Ferreira-Sé o Sr. Diretor Municipal

13/5/2019



Conclusões. Receber
ao Sr. Bandeira
para atendimento
para a reunião
do Conselho.
14/5/2019
Página 6 de 6
Lívia M. O. P. P.

Luís Manuel Montenegro Azevedo

De: Isilda Castro
Enviado: 7 de maio de 2019 10:43
Para: Elisa Coelho
Cc: Luís Manuel Montenegro Azevedo
Assunto: FW: Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga

Bom dia, Dra. Elisa,

Remeto para conhecimento e acompanhamento do procedimento formal de início do projeto.



BRAGA

Isilda Castro
Chefe de Divisão
Serviços Jurídicos e de
Contencioso

isilda.castro@cm-braga.pt

T: 253 203 150 | F: 253 613 387

www.cm-braga.pt | Ext. 1121

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!

De: Isilda Castro
Enviada: 7 de maio de 2019 10:42
Para: Luís Manuel Montenegro Azevedo <luis.azevedo@cm-braga.pt>
Assunto: FW: Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga

Bom dia Dr. Luís,

Registar na MGD. Para tratar do procedimento formal, com caráter de urgência, submetendo a prévia validação da Dra. Elisa Cunha Coelho.

Obrigada

De: Miguel Guimarães <miguel.guimaraes@cm-braga.pt>
Enviada: 6 de maio de 2019 17:14
Para: Isilda Castro <isilda.castro@cm-braga.pt>
Cc: Ricardo Rio <ricardo.rio@cm-braga.pt>; Olga Pereira <olga.pereira@cm-braga.pt>; Ana Bernardo <ana.bernardo@cm-braga.pt>
Assunto: FW: Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga

Isilda:

Falei com o Sr. Presidente e deve dar-se início ao procedimento de aprovação deste regulamento. Posteriormente, e após a aprovação pelos órgãos, caberá à Ana Bernardo fazer o enquadramento no CRegulamentar (já reunimos com a AGERE sobre esta matéria).

bjinho



Miguel Antunes Guimarães

Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

miguel.guimaraes@cm-braga.pt

T: 253 203 150

www.cm-braga.pt

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!

De: Rui Morais <rui.morais@agere.pt>

Enviada: 2 de maio de 2019 18:39

Para: Ricardo Rio <ricardo.rio@cm-braga.pt>

Cc: administracao@agere.pt; Olga Pereira <olga.pereira@cm-braga.pt>; Miguel Guimarães <miguel.guimaraes@cm-braga.pt>; José Antunes <jose.antunes@agere.pt>

Assunto: Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga

Boa tarde,

A AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M, vem junto de V.Ex^a. expor e requerer o seguinte:

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, a exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e da gestão de resíduos urbanos pertence à esfera jurídica do Município de Braga. Em Braga, essa competência foi delegada na AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., que nos termos dos seus estatutos, tem como objeto principal o exercício da atividade de captação, tratamento e abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e limpeza pública.

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que aprova o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, obriga a que as regras da prestação do serviço aos utilizadores constem de um regulamento de serviço, cuja aprovação compete à respetiva entidade titular, o Município de Braga.

O regulamento do serviço de gestão de resíduos urbanos, por ser um instrumento jurídico com eficácia externa, constitui a sede própria para regulamentar os direitos e as obrigações da entidade titular, da entidade gestora e dos utilizadores no seu relacionamento. Os contratos de fornecimento e de recolha celebrados com os utilizadores correspondem a contratos de adesão, cujas cláusulas contratuais gerais decorrem, no essencial, do definido no regulamento do serviço.

Estando em causa serviços públicos essenciais, é especialmente importante garantir que a apresentação de tais regras seja feita de forma clara, adequada, detalhada e de modo a permitir o efetivo conhecimento, por parte dos utilizadores, do conteúdo e da forma de exercício dos respetivos direitos e deveres.

Em cumprimento da exigência do Artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro, veio estipular o conteúdo mínimo dos regulamentos de serviço, identificando um conjunto de matérias que neles devem ser reguladas e do disposto no Artigo 17.º do Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho, que aprova o Regulamento dos Procedimentos Regulatórios.

Face à entrada em vigor do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril, conforme deliberação da ERSAR n.º 928/2014, alterado pelo Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro, bem como do Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro, que aprova o Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, e do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, relativo à faturação detalhada, julga-se pertinente proceder à revisão e adaptação do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Concelho de Braga, em vigor.

Acréscce que, entre outras, a transformação operada pela recente implementação de um novo sistema de recolha de resíduos, fundamentalmente caracterizada pela contentorização em detrimento do velho sistema de recolha porta a porta, tornam irremediavelmente desajustados os normativos que presentemente regulam esta matéria em concreto.

Nesta conformidade, vem esta entidade gestora solicitar a V. Ex^a. se digne submeter à aprovação pela Assembleia Municipal o REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA, nos termos legais.

Rui Morais

Presidente do Conselho de Administração



sede > [+351 253 205 001](tel:+351253205001)

web > www.agere.pt

**AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL
RELATIVO AO INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO/ADITAMENTO DO
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA**

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em Reunião Ordinária Pública realizada no dia ____/____/____, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de Revisão **Regulamentar/Aditamento**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. O referido Regulamento/Aditamento incide sobre o **Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do **Regulamento/Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

-
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, ____/____/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL
RELATIVO AO INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO/ADITAMENTO DO
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em Reunião Ordinária Pública realizada no dia ____/____/____, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de Revisão **Regulamentar/Aditamento**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. O referido Regulamento/Aditamento incide sobre o **Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do **Regulamento/Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

-
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, ____/____/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio